



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Licenciatura em Supervisão e Orientação Pedagógicas

Projecto de Intervenção Escolar nos Domínios Pedagógicos

**TITULO: O REFORÇO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFORMAL EM
CABO VERDE NA PROMOÇÃO DA DISCIPLINA DOS ALUNOS**

A orientanda: Vicência dos Santos Nascimento Delgado

O orientador: Dr. Angelo Correia – Mestre em Administração Educacional

Junho 2010

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNICV

Licenciatura em Supervisão e Orientação Pedagógicas

TITULO

**O Reforço da Prática da Educação Informal em Cabo Verde
na Promoção da Disciplina dos Alunos**

A orientanda: Vicência dos Santos Nascimento Delgado

O orientador: Dr. Angelo Correia – Mestre em Administração Educacional

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNICV

Licenciatura em Supervisão e Orientação Pedagógicas

TÍTULO

**O Reforço da Prática da Educação Informal em Cabo Verde
na Promoção da Disciplina dos Alunos**

**Aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Presidente, como requisito na obtenção
do grau de Complemento de Licenciatura em Supervisão e Orientação Pedagógica.**

Praia, _____ de _____ de 2010

O Júri

“Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire

INDICE

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	7
2. Público-alvo:	9
3. Parceiros:.....	9
4. Perguntas de partida	9
5. OBJECTIVOS	9
5.1. Objectivo	9
5.2. Objectivos	9
6. METAS DO PROJECTO.....	10
7. METODOLOGIA	10
8. RECURSOS	11
8.1. Recursos humanos.....	11
8.2. Recursos Materiais	11
9. AVALIAÇÃO/ACOMPANHAMENTO	11
10. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA	12
11. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
11.1. Conceito e relevância da Educação	18
11.2. Princípios orientadores	19
11.2.1. Aprender a fazer.....	19
11.2.2. Aprender a ser.....	20
11.2.3. Aprender a viver juntos	20
11.2.4. Aprender a conhecer	20
11.3. Conceitos: Escola, valores, sociedade e indisciplina	21
11.3.1. Escola.....	21
11.3.2. Valores	21

11.3.3. <i>Sociedade</i>	21
11.3.4. <i>Indisciplina</i>	21
11.4. Modalidades de educação Formal, Não-Formal e Informal	22
11.4.1. <i>Educação formal</i>	23
11.4.2. <i>Educação Não-Formal</i>	24
11.4.4. <i>Como se manifesta a educação informal</i>	27
11.5. Contributos da Educação Informal	28
12. ANÁLISE DAS CAUSAS DE INDISCIPLINA IDENTIFICADAS NO PÓLO	28
13. CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS PARA O REFORÇO DA EDUCAÇÃO INFORMAL.....	30
14. ALGUMAS SUGESTÕES PARA A PLANIFICAÇÃO DAS SESSÕES	32
15. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	35

Introdução

Este projecto de intervenção, que ora se apresenta, constitui um dos requisitos exigidos pela Universidade de Cabo Verde aos alunos, para a obtenção do grau de Complemento de Licenciatura em Supervisão e Orientação Pedagógica.

O ensino básico em Cabo Verde tem a duração de seis anos e, segundo a Lei de Bases, está organizado em três fases sequenciais de dois anos cada, geridos em regime de monodocência. Este subsistema visa, fundamentalmente, o desenvolvimento pessoal do indivíduo e sua integração na sociedade. Daí, a apropriação de competências que permitam a compreensão e a valorização do meio envolvente, priorizando práticas e atitudes que dignifiquem o trabalho manual, despertando o interesse pelos ofícios e profissões, através do desenvolvimento de capacidades físicas, artísticas e culturais para a cidadania é mais uma das finalidades a serem atingidas.

Com a democratização do ensino, a escola começou a sentir cada vez mais a necessidade da participação da família e de toda a comunidade educativa, no sentido de se transformar numa instituição dotada de estratégias educativas que permitam formar sujeitos críticos, capazes de uma inserção social plena, virada para o exercício da cidadania.

O ponto de partida deste Projecto emerge da necessidade fundamental de se promover valores e práticas sociais essenciais para uma sã convivência no pólo educativo de “Nova Assembleia”, permitindo desenvolver actividades que propiciem o desenvolvimento e o reforço da socialização primária das crianças, numa estreita relação Escola-famílias-comunidade em geral, enquanto garante da disciplina e boa convivência na escola.

Em suma, pretendo que este projecto de intervenção seja integrador e potenciador da diversidade, numa lógica de abertura em que a participação de todos os actores é o valor máximo da prática educativa, consentânea com uma dinâmica que acompanhe os reptos de uma sociedade em contínua mudança e em que a educação tem que autonomizar os alunos para a competição e para o exercício da cidadania.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

É do conhecimento geral que a indisciplina em sala de aula e nas escolas tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos entre os educadores, e é notória uma explosão em termos de produção do conhecimento e pesquisa, principalmente no que tange aos avanços tecnológicos, e também o quanto os alunos são prejudicados em sala de aula com questões de indisciplina dos próprios colegas.

Durante as visitas inspectivas que fiz a várias instituições escolares constatei que o comportamento entre os alunos não é o desejável dentro e fora do espaço escolar e, sobretudo, durante o intervalo das aulas, em que colegas se agredem verbal e fisicamente, com empurrões, palavrões e, algumas vezes, empunhando armas brancas, sem o mínimo de respeito uns pelos outros. Estas constatações foram, também, confirmadas durante o estágio que fizemos no pólo de “Nova Assembleia”, enquanto formanda do curso de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógicas.

Para Mielnik, (1982), *Crianças excessivamente inquietas, agitadas, com tendências à agressividade, se destacam no grupo pela dificuldade de aceitar e cumprir as normas, às vezes, não conseguindo produzir o esperado para sua idade. Estas crianças representam um desafio para suas famílias, a escola e sociedade, cabendo a estes estabelecer os métodos de orientação mais condizentes a cada situação e estabelecer os níveis de regimes necessários para obtenção da disciplina.*

O factor indisciplina é dever de todos, pois a criança está inserida num contexto geral de família, escola e sociedade. A escola sofre os reflexos do meio em que está inserida. O problema disciplinar é frequentemente influenciado por conflitos da família e do meio social que a envolve. A criança recebe influências antes de nascer.

Segundo Chalita (2001), (...) *qualquer projecto educacional sério precisa depender da participação familiar. Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparada que estejam seus professores, nunca a escola vai suprir a carência deixada por uma família ausente.*

É neste contexto que este projecto intitulado “ O Reforço da Prática da Educação Informal em Cabo Verde na promoção da Disciplina dos Alunos” tem como finalidade primordial aproximar os pais e encarregados de educação da escola dos seus educandos, reforçando a interacção, comunicação e educação informal entre todos os intervenientes no processo educativo, com destaque para a definição e interiorização de valores

culturais e sociais (adquiridos na família e na escola), na prevenção da indisciplina dos alunos nas escolas do ensino básico. Daí que, encaro como uma necessidade, o desenvolvimento deste projecto educativo e pedagógico no pólo educativo de “Nova Assembleia”, no sentido de mobilizar toda a comunidade educativa, sobretudo, os pais e encarregados de educação a participarem nas actividades que promovam o desenvolvimento cognitivo e cívico dos alunos, como forma de atenuar os comportamentos indesejados por parte comunidade escolar, principalmente, dos alunos, criando um clima de confiança mútua, entreajuda e segurança.

2. Público-alvo: Este projecto, após a fase experimental em todos os anos de escolaridade no pólo de “Nova Assembleia”, com o envolvimento da comunidade educativa, poderá ser implementado nos restantes pólos Educativos do ensino básico.

3. Parceiros: Alunos(as), Gestora, Professores(as), funcionários(as), Pais e Encarregados de Educação e comunidade em geral.

4. Perguntas de partida

P1: Será que a Educação Informal, através de um projecto de intervenção pedagógica específico, pode constituir um recurso educativo para prevenir a indisciplina e a violência nas escolas?

P2: Quais os contributos da Educação Informal para o Pólo Educativo de “Nova Assembleia” e para o Sistema Educativo Cabo-verdiano?

5. OBJECTIVOS

Pretende-se com a implementação deste projecto atingir os seguintes objectivos:

5.1. Objectivo geral

Reforçar a prática da Educação Informal na escola, envolvendo a participação da família e da comunidade.

5.2. Objectivos específicos

- Fomentar a participação dos pais nas actividades extra-curriculares do pólo;

- Cultivar valores éticos e culturais benéficos para uma sã convivência escolar;
- Implementar estratégias que promovam o debate de temas e intercâmbio entre os alunos, professores e pais e encarregados de educação;
- Divulgar na Escola os contributos da educação informal para o Sistema Educativo Caboverdiano (Ensino Básico);
- Incentivar a elaboração de um projecto educativo de escola, visando incorporar as actividades em educação informal a serem desenvolvidas anualmente.

6. METAS DO PROJECTO

Para o sucesso deste projecto preconiza-se atingir as seguintes metas:

M1: Conseguir abranger 100% dos professores, funcionários e gestora do pólo nas sessões de formação em educação informal;

M2: Tentar que 70% dos pais e encarregados de educação dos alunos participem das actividades desenvolvidas;

M3: Diligenciar para que 100% dos alunos debatam temas que promovam a mudança de comportamento dos mesmos no recinto escolar.

7. METODOLOGIA

As actividades serão desenvolvidas com base na teoria da Pedagogia da Autonomia do educador Paulo Freire, por sua originalidade, pois parte da realidade de vida dos sujeitos participantes, propondo uma mudança e transformação da realidade estudada, em que o diálogo constitui um elemento essencial para a libertação do homem. Assim, partindo das duas questões de partida e dos objectivos preconizados, propõe-se recolher dados empíricos para compreender as relações/correlações dinâmico-causais que levam os alunos a terem esse comportamento, utilizando a técnica de entrevista semi-estruturada com os elementos da comunidade escolar.

A partir das causas identificadas, fizemos recurso a pesquisas na Internet, consultas bibliográficas e outras, para elaboração do enquadramento teórico e do plano geral, que será implementado (a título experimental) no pólo educativo de “Nova Assembleia”, durante o ano lectivo 20010/11. A planificação e coordenação das actividades devem ser asseguradas pela gestora, professores e pelos Núcleos Pedagógicos de cada pólo educativo, mas sempre que na localidade/comunidade houver

profissionais com formação em alguma área específica, as sessões podem ser orientadas por esses profissionais, com o apoio dos professores dos diferentes anos de escolaridade, a quem compete definir o doseamento das matérias a serem ensinadas, a metodologia e os materiais didáticos a serem utilizados em cada sessão. As actividades devem ser implementadas a partir de um plano de acção onde se definirão as estratégias, os recursos, os responsáveis para o desenvolvimento de cada actividade e a periodicidade para a monitorização das actividades.

8. RECURSOS

Não foi elaborado o orçamento porque a implementação do projecto não prevê despesas que justifiquem tal plano, pelo que as actividades serão desenvolvidas com os recursos existentes localmente.

8.1. Recursos humanos

Os recursos humanos serão mobilizados junto à comunidade educativa.

8.2. Recursos Materiais

Os recursos materiais serão mobilizados em parceria com a Delegação Escolar, Serviços Centrais, Câmaras Municipais e outras instituições onde a escola se encontra inserida.

9. AVALIAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

Este projecto será avaliado trimestralmente e acompanhado pelos órgãos de gestão do(s) pólo(s) educativo(s), nomeadamente, o Conselho de Pólo em que temos a representação dos pais dos alunos, em concertação com o Núcleo Pedagógico e monitorizado pelas Equipas Pedagógicas concelhias. O responsável pela actividade fará um relatório que será apresentado nos encontros trimestrais do Conselho de Pólo, a partir do qual o Presidente do Conselho fará um relatório de avaliação global que será apresentado à Comunidade Educativa para se avaliar o impacto do Projecto.

10. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA

Localização geográfica e características socioeconómicas do bairro



O pólo educativo “Nova Assembleia” fica situado no bairro de Achada de Sto. António em pleno concelho da Praia. Trata-se de um dos bairros mais organizados e movimentados da capital, pois nele encontra-se inserido um conjunto variado de infra-estruturas e equipamentos sociais, determinantes para a vida em sociedade, nomeadamente: Banco Comercial do Atlântico, Bolsa de Valores, Clínicas Médicas, Farmácias, Escola Secundária “Pedro Gomes” (ver parede da escola no fundo da foto), Escola de Formação de Professores do EBI “Hermínia Cardoso”, ex-Instituto Pedagógico da Praia, Escola Secundária Polivalente “Cesaltina Ramos”, Rádios (Rádiatelevisão e Novas Tecnologias Educativas, Nacional e Comercial) Direcção-Geral da Alfabetização e Educação de Adultos, Televisão de Cabo Verde, instituições comerciais e hotéis, para além de outras instituições muito importantes como a Polícia, o Cartório, o Palácio da Assembleia Nacional e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A fechar este ciclo de caracterização sócio-económicas vivem neste bairro, muitos profissionais liberais pertencentes à classe média.

Espaço físico do pólo



O edifício do Pólo de “Nova Assembleia”, vulgarmente conhecido como escola OPEP–I, por esta construção ter sido financiada pelos países de petróleo, situa-se entre as escolas Eugénio Tavares (Pólo do ensino básico) e “Pedro Gomes” (escola secundária), frente ao edifício onde funciona a CVMultimédia e o Minimercado “Casa Felicidade”.

Este pólo, para além dos discentes provenientes do Meio da Achada, alberga ainda crianças de outros bairros periféricos da cidade da Praia, como: Brasil, Kelém, Fontona, Terra Branca e Tira-Chapéu, zonas menos desfavorecidas, o que leva a maioria dos pais desta zona a matricularem os seus filhos noutras escolas.

O pólo funciona num único edifício, constituído por oito salas de aula, todas em bom estado de conservação, um armazém em estado razoável, uma cozinha, uma cantina, e uma placa desportiva, todos em estado razoável de conservação como se pode depreender pela imagem.



Em termos de infra-estrutura, a escola possui uma placa para o desenvolvimento de actividades desportivas. Possui espaços verdes, o que simboliza a presença de educação ambiental na educação dos alunos. Tem ainda uma sala para professores onde funciona uma mini- biblioteca, uma sala de primeiros socorros, o gabinete da gestora, uma arrecadação para arquivo e um espaço para eventos culturais. Para a segurança dos alunos existe um muro com duas portas com grades de ferro, sendo uma fechada e outra de acesso que é controlado pelo guarda diurno.

Gestão administrativa

Em Cabo Verde a organização e gestão de qualquer instituição escolar do ensino básico tem como suporte a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime de Administração e Gestão dos Pólos Educativos definidos no Decreto-Lei nº 77/94 de 27 de Dezembro. Estes diplomas regulam a funcionalidade, a constituição dos órgãos de gestão e atribuições e, ainda, os critérios de acesso no sistema educativo.

Funcionamento dos órgãos de gestão

A direcção, como órgão de administração e gestão do Pólo Educativo é, segundo o Decreto-Lei nº 77/94, o responsável para a materialização da política educativa definida a nível dos Serviços Centrais e desconcentrados do Ministério da Educação, tendo em conta as aspirações da própria sociedade. Neste âmbito, compete à gestora do pólo organizar, dirigir e orientar as actividades de ordem pedagógica, administrativa e financeira do pólo. A gestora do pólo é a Coordenadora do Núcleo Pedagógico e a Presidente do Conselho de Pólo, incumbindo-lhe, enquanto coordenadora do Núcleo Pedagógico, entre outras atribuições: assegurar a gestão e orientação pedagógicas do seu pólo; reunir-se com os restantes elementos do Núcleo para a planificação das actividades a serem desenvolvidas por ano de escolaridade; assistir aulas aos professores e validar os testes sumativos. Como Presidente do Conselho de Pólo compete-lhe: aprovar o orçamento e o plano de actividades do pólo; propor medidas disciplinares aos alunos; presidir as reuniões do Conselho. Incumbe-lhe, ainda, organizar comissões de trabalho; organizar e distribuir as turmas; avaliar os docentes e gerir os recursos materiais, financeiros e patrimoniais.

No Pólo de Nova Assembleia, estes órgãos estavam constituídos e a funcionar, segundo a análise documental.

A gestão pedagógica é assegurada pelo Núcleo Pedagógico do pólo e pelos Coordenadores Pedagógicos, cuja finalidade é promoção da qualidade do processo de ensino e aprendizagem e da melhoria da qualidade educativa, patente no Programa do Governo para esta Legislatura. O Núcleo pedagógico é constituído por seis professores em efectividade de funções e com formação adequada, designados pela gestora do pólo. O núcleo funciona por ano de escolaridade, mediante a coordenação por classes. De acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 77/94 de 27 de Dezembro, este órgão responde por questões pedagógicas do pólo, entre as quais, se destacam: a planificação das actividades, o desenvolvimento de temas de interesse pedagógico, a elaboração, validação e aplicação de testes sumativos, a produção de materiais didácticos, assim como a assistência de aulas aos professores. Este último aspecto tem sido assegurado pela gestora e pelos coordenadores pedagógicos, enquanto órgãos de coordenação.

Recursos humanos

O pólo tem ao todo quatrocentos e cinquenta alunos, distribuídos por dezasseis turmas do 1º ao 6º ano de escolaridade, que funcionam oito no período da manhã e oito à tarde, de acordo com o seguinte quadro:

Ano de escolaridade	Nº de alunos p/ sexo		Nº Turmas	Período	
	M	F		Manhã	Tarde
1º	43	41	3	3	0
2º	48	41	3	3	0
3º	27	35	2	2	0
4º	34	31	2	0	2
5º	41	34	3	0	3
6º	33	37	3	0	3
Total	226	219	16	8	8

As dezasseis turmas são geridas por dezasseis professor(as). Este número inclui a gestora de pólo e uma professora que trabalha na secretaria (ver quadro).

Formação	Na leccionação	Na secretaria
ISE	1	0
IP/2ª fase	14	2*
1ª fase	1	0
Total	16	2

Todos os professores têm formação específica para a docência. Cerca de 95% dos professores têm formação do Instituto Pedagógico ou 2ª Fase. Apenas uma professora tem a 1ª Fase.

Do pessoal não docente fazem parte deste pólo, uma encarregada de limpeza, dois guardas, sendo um nocturno e outro diurno, e quatro cozinheiras.

Equipamentos e materiais



Os equipamentos existentes são em número suficiente, embora alguns já apresentem sinais de velhice, sobretudo as carteiras, mesas e armários. De salientar a existência de alguns equipamentos informáticos na sala de professores/mini-biblioteca para a iniciação de aulas de informática aos alunos. Existem outros materiais audiovisuais, como a televisão e o vídeo.

Ambiente Escolar

A indisciplina dos alunos é um fenómeno tão antigo como a própria Escola e é também inevitável. A democratização do ensino trouxe à comunidade escolar não apenas os tradicionais clientes das escolas, mas também uma enorme massa de alunos, oriundos de estratos sociais menos favorecidos. E, como consequência desta massificação do ensino, tornaram-se mais comuns as desigualdades relativas à origem socioeconómica dos alunos que chegam às escolas.

Em muitos discursos sobre esta temática é também relativamente frequente a procura dos culpados, para poder responsabilizar ou mesmo punir, sejam eles os alunos (jovens) que não “têm regras”, os pais que “não os sabem educar”, ou os professores que não sabem impor a disciplina”.

Estes aspectos estão patentes no ambiente escolar que se vive no pólo de “Nova Assembleia” em que as acções de indisciplina, por parte dos alunos, manifestam-se por comportamentos como: empurrar e bater nos colegas, empunhar armas brancas aos colegas na sala de aulas e no intervalo, destruir ou tirar seus materiais e trabalhos, sair dos seus lugares e da sala de aula com frequência e, algumas vezes, sem permissão, pedir para ir sempre ao banheiro, conversar muito durante as explicações do professor, dispersão ou negação em participar nas actividades. Tais atitudes caracterizam-se por actos que afectam a vida da escola, sobre os quais professores, sozinhos, não têm solução para os problemas.

11. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

11.1. *Conceito e relevância da Educação*

Na etimologia do conceito de educação, até hoje utilizado, pode ter raízes romanas (D'Ambrósio, 1998). Ele é *educatio*, “a continuidade do modelo social e comunitário” e é igualmente *educere*, “fazer sair para fora” na prática social e *ducere*, “guiar, conduzir, levar”. O modelo generalizado na nossa sociedade é lamentavelmente mais “ducere”, “uma reprodução do velho” do que “educere”, uma aposta no novo, genuíno, diferenciado.

Para Nogueira e Rodrigues, citado por Lourenço e Mendes (1999), a educação é um conjunto de acções e de influências tendentes a desenvolver e a cultivar no indivíduo aptidões, conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos que visam o desenvolvimento global da sua personalidade, a sua integração na sociedade e o seu empenhamento na transformação progressiva dessa sociedade.

A educação inicia-se desde o nascimento do indivíduo, quando começa a experimentar o convívio familiar e perdura ao longo da vida, no contexto das relações escolares e sociais. A educação das novas gerações processa-se com base no legado das gerações anteriores, constituindo, assim, um verdadeiro património ao serviço da realização progressiva das aspirações da sociedade e do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Saindo, progressivamente, do campo da relação familiar para as relações sociais, a educação encontra na escola um espaço especial de desenvolvimento, tendo os Estados assumido um papel essencial nesse processo sem, no entanto, perder a sua natureza, enquanto tarefa de toda a sociedade. Efectivamente, o direito à educação tem vindo a ser defendido e promovido como um dos mais importantes direitos do homem a nível mundial, encontrando consagração como tal na Declaração dos Direitos Humanos (...) e em outros instrumentos internacionais. Esse direito encontra-se, igualmente, consagrado no ordenamento constitucional de numerosos países como um Direito Fundamental dos cidadãos, inclusive na nossa constituição.

A palavra educação é um pouco mais abrangente, pois inclui os processos de socialização do indivíduo, envolvendo todo o seu agir humano, e não se restringe apenas ao acto de educar, como um mero facto de transmitir conhecimentos a alguém que nada sabe. Mas educar é, antes de mais, dar condições ao ser humano de desenvolver suas capacidades, visando a sua própria formação, o bem comum e o desenvolvimento consciente dos homens no tocante à tomada de consciência de si mesmo e do seu próprio destino.

A educação é relevante pelo reconhecido papel que tem, enquanto promotora do desenvolvimento económico, social e humano, no sentido de melhorar e enriquecer a vida de todos, promovendo o crescimento dos seres humanos e dos países.

Qualquer tipo de educação deve visar o desenvolvimento humano e tecnológico, pelo que não se limita apenas ao facto de instruir, mas sim, oferecer um conjunto de meios que auxiliam o desenvolvimento e a formação, tornando-o capaz de perceber e julgar a realidade existente, sempre na perspectiva de procurar um mundo melhor, não somente para si, mas para toda a humanidade. Esta procura consiste na realização pessoal e na aquisição dos meios, para uma actuação transformadora na sociedade.

11.2. Princípios orientadores

Segundo as conclusões do Relatório da “Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, realizada em 1990, sob os auspícios da UNESCO, a educação contemporânea deve ser orientada, com base nos seguintes princípios:

11.2.1. Aprender a fazer

As rápidas mudanças científicas e tecnológicas do mundo de hoje criam incertezas sobre o mundo de amanhã, com repercussões directas no tipo de trabalho que a pessoa terá de enfrentar individualmente ou em grupo. Assim, a preparação das crianças e jovens no tocante ao desenvolvimento da criatividade, saber comunicar-se, ter iniciativa, saber resolver conflitos, ser flexível e, sobretudo, saber trabalhar em grupo, seja de capital importância para a prestação de um serviço técnico de qualidade em qualquer instituição.

11.2.2. Aprender a ser

Partindo do pressuposto de que a Comissão acima referida considera que a educação, para além de preparar o jovem para se integrar num mundo do trabalho, deve, acima de tudo, contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo, isto é, torna-se importante desenvolver no jovem a sensibilidade, o sentido estético e ético, a responsabilidade pessoal, o pensamento autónomo e crítico, a imaginação, a criatividade e iniciativa e o desenvolvimento da inteligência emocional. O ser humano é mais do que uma força de trabalho e deve ser bom cidadão, pelo que o seu desenvolvimento pleno deve ser um dos objectivos a ser alcançado pelo processo educativo. O ser humano realiza-se plenamente como membro de uma família, de uma comunidade, de uma cultura, de uma sociedade, mas também pelo respeito à sua singularidade e individualidade criativa.

11.2.3. Aprender a viver juntos

Este princípio é muito importante, pois em qualquer organização os conflitos são inerentes às pessoas, o que quer dizer que o grande desafio deverá ser enfrentar as tensões e os conflitos, o que implica administrar conflitos, valorizar quem aprende a viver com os outros, a compreender os outros e a desenvolver a percepção da interdependência, a participar em projectos comuns, a ter prazer no esforço comum/solidariedade. Para isso, é de suma importância o aprofundamento do ideal democrático e de consolidação do respeito pelo pluralismo cultural, religioso e ideológico, garantindo, deste modo, uma sã convivência com a diversidade étnica, logo o entendimento entre os povos.

11.2.4. Aprender a conhecer

Num mundo de incertezas, o conhecimento é originado e divulgado num ritmo bastante acelerado, de forma incerta e desigual. Entretanto, tendo em conta que vivemos numa “sociedade do conhecimento”, em que o acesso e o controlo da informação são a chave para o êxito pessoal e social, a educação deve contribuir para democratizar o conhecimento e a informação, tornando-os acessível a todos, de forma responsável e solidária.

De todos estes princípios, referimos aos autores que defendem o lema “aprender a conhecer” pela necessidade de superar o paradigma tradicional de educação e sua

visão de homem como mero receptor de informações (*educação bancária*), para um paradigma que visa contribuir para que o aluno desenvolva a sua capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo.

11.3. Conceitos: Escola, valores, sociedade e indisciplina

Para melhor definir estes conceitos utilizei o Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa (2001).

11.3.1. Escola

Instituição encarregue de educar, segundo programas e planos sistemáticos, os indivíduos nas diferentes idades da sua formação, através da interacção de experiências que contribuem para o amadurecimento da personalidade e/ou que desenvolvem os conhecimentos práticos de determinado indivíduo.

11.3.2. Valores

Regras que dão coerência ao corpo social e orientam, ao mesmo tempo, a acção dos indivíduos, indicando-lhes padrões de conduta socialmente aceitáveis e dando-lhes a consciência da pertença a uma comunidade

11.3.3. Sociedade

Reunião de pessoas que vivem em estado gregário, ou seja, conjunto de pessoas que mantêm relações sociais.

11.3.4. Indisciplina

No plano educacional, Aquino (2004) afirma que a temática da indisciplina tomou sentido entre nós, educadores, a partir dos anos noventa. Essa afirmação se dá na observação de publicações voltadas para ela, que despontaram em meados dessa década. É facto que a indisciplina sempre povoou o imaginário pedagógico, mas foi só a partir daí que tomou forma de “obstáculo”, de “complicador” dos trabalhos escolares.

Aquino ainda afirma que:

[...] o ato indisciplinado seria a manifestação de uma agressividade latente dirigida contra as figuras de autoridade, agressividade essa gerada pela “desestruturação” do ambiente familiar (a desagregação dos casais, a falta de tempo para cuidar dos filhos, a precária supervisão das tarefas escolares, etc.). De modo genérico, supõe-se que as condutas dos alunos

envolvidos em situações disciplinares sejam resultado de prejuízos psíquicos difusos, mormente ligados à primeira infância e ao modo permissivo como tais crianças foram criadas por suas famílias. AQUINO (2005).

Segundo França (1996), disciplina e indisciplina constroem-se ao mesmo tempo, e a questão é o modo como a segunda é enfrentada, posto que seja matéria ética no exercício das instituições políticas, ou seja, actua na afirmação da diferença, da heterogeneidade, ou na expressão de um sintoma individual, de desvio, ressaltando, nesse caso, aspectos privados da existência. Nessa perspectiva, a escola se constitui desde sempre por meio da instituição – ou imposição - de leis, ordens e normas, além de uma pluralidade de transgressões, factores estes que levam à investigação do que diferencia a escola de hoje, que tem a indisciplina como obstáculo ao processo educativo, daquela de algum tempo atrás.

11.4. Modalidades de educação Formal, Não-Formal e Informal

Ao longo dos últimos anos, a necessidade de formação permanente – ao longo da vida – mostrou-nos que o desenvolvimento de competências variadas pode ser conseguido através da aprendizagem em contextos quer formais, quer não-formais ou informais, sendo essa aprendizagem, muitas vezes, mais eficiente.

Hoje em dia, é, no entanto, difícil encontrarmos **modelos puros** de educação formal, de educação não-formal e informal. Os âmbitos, os conteúdos, as metodologias e os princípios pedagógicos que as caracterizam são (felizmente) cada vez mais partilhados de forma sinérgica e complementar.

Para Cabanas, (1984), a inadaptação dos conteúdos programáticos para responder às necessidades e aos desafios da contemporaneidade tem suscitado alguma controvérsia e frequentes debates acerca do currículo dos diferentes subsistemas e níveis de ensino formal. Para ele, *a preparação específica do indivíduo para a vida activa não passa apenas pelo ensino formal (que se destaca dos restantes pelos seus conteúdos e avaliação sistematizados), mas abarca também a educação não formal e a educação informal que, em articulação com as anteriores, reforça esta função da educação.* O autor destaca, não apenas a articulação entre estas três modalidades que favorece a inclusão social do indivíduo, mas, também a promoção de novos conhecimentos que lhe permitem desempenhar uma determinada profissão. Globalmente, despertam no

indivíduo motivação para o aprofundamento e aquisição de novos conceitos indispensáveis à sua formação contínua, socialização e preparação para a vida activa, levando o indivíduo a criticar e a reflectir sobre a realidade sócio-cultural, educativa e tecnológica, favorecendo, por isso, a inovação, o progresso e a mudança social.

FELDMANN (2009) define quatro modalidades ou categorias de educação. As duas primeiras são educação não intencional ou informal e a educação intencional, sendo esta última desdobrada em educação formal e não formal.

11.4.1. Educação formal



Figura 1: Escola OPEP – I do Ensino Básico

Para Cabanas, (1984) a educação formal é desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, incluídos em programas escolares de forma diversificada, sistematizada e coerentes, que são sistematicamente ministrados e avaliados pelos docentes.

Para Feldmann, a educação formal é realizada na escola, isto é, desenvolvida em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, em que há uma organização do processo de ensino e um esforço explícito e declarado pelo agente educativo acerca de suas intenções. Aquele que aprende e aquele que ensina devem estar conscientes que estão inseridos num processo de ensino e aprendizagem. A educação formal é, portanto, sinónima de escolarização (FELDMANN (2009).

11.4.2. Educação Não-Formal



Figura 2: Campanha de prevenção contra a Gripe A



Figura 3: Alunos do ES – Direcção-Geral do Desporto

As gravuras revelam que para além das instituições escolares, as organizações não governamentais (ONG), apoiam o governo de Cabo Verde na prevenção e combate às doenças, nas escolas, através de programas específicos de sensibilização e formação da comunidade educativa.

CABANAS, (1984) define Educação não-formal como aquela que se aprende “**no mundo da vida**”, através de processos de partilha de experiências, principalmente em espaços e acções colectivas do quotidiano. Na educação não-formal, os conteúdos da educação compreendem todos os conhecimentos complementares, em função dos interesses do indivíduo, adquiridos através das actividades extracurriculares participadas pelos alunos. Abarca todo um conjunto de actividades de natureza opcional ou facultativa, desenvolvidas fora da escola.

Para FELDMANN (2009), A educação não-formal é aquela caracterizada pela intencionalidade de ensinar, por parte dos agentes educacionais (professores, monitores, educadores), e de aprender, pelos alunos ou participantes do processo de ensino aprendizagem. Ela é estruturada e promovida por indivíduos, grupos ou organizações que compreendem a necessidade de ensinar determinados conhecimentos e práticas a outros. Nesta modalidade as actividades ocorrem fora do sistema de escolarização formal.

11.4.3. Educação Informal

A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento.

A figura 1 ilustra um grupo de crianças que partilham as informações constantes num jornal de parede elaborado pelos alunos do Ensino Básico da Escola OPEP – I, em Achada de Sto. António. Durante o intervalo, as alunas trocam ideias sobre as informações que constam do jornal, promovendo a *aprendizagem colaborativa* construída de forma informal. A educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela actua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado. Assim sendo, a ***educação informal*** pode ser definido como tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos: das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, dos livros que lemos ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos quotidianamente com mais ou menos intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem.

A educação formal moldou a não formal e a informal, pois se interpenetram. Mas a educação não-formal e a informal sempre preencheram as lacunas deixadas pela educação formal, dependendo dos valores estabelecidos e socialmente aceites. Muitas vezes a educação não-formal e informal são bastante formais, pois ocorrem nas escolas de Catecismo, Centros Comunitários, grupos desportivos, etc., onde há professores, alunos, ensino e salas de aula. O que se pretende é formar um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, ferramentas indispensáveis para a aquisição o exercício pleno da cidadania.



Figura 4: Uma actividade de protecção às crianças desenvolvida na comunidade

O *attidor* publicitário revela uma actividade de sensibilização e persuasão promovida por uma ONG (organismo não governamental) para proteger as crianças contra o fumo dos cigarros dos fumadores. Esta actividade está voltada para os interesses e necessidades de protecção e defesa da sua saúde das crianças. Mais uma vez, a educação informal prepara e educa os cidadãos para a vida em sociedade, fortalecendo o exercício de cidadania.

A educação informal, também chamada “paralela”, abarca, também os conteúdos relacionados com todas as informações adquiridas fora do recinto escolar, mesmo que estas não tenham qualquer ligação aparente com as matérias que aí são leccionadas. Abrange os saberes que o indivíduo vai adquirindo geralmente fora do espaço escolar, que não visam objectivos pedagógicas, sendo veiculada pelos mais diversos meios e agentes de ensino e socialização, que concorrem com a instituição escolar (CABANAS (1984).

Para FELDMANN (2009), a educação informal é aquela que acontece em situações diversas da vivência humana, em que não há organização, intencionalidade ou preparação do processo de ensino, assim como não se observa a consciência ou a preparação explícita de um indivíduo ou grupo de pessoas para a aprendizagem. Aliás, no campo da educação informal acontece o que POZO, (2002) denomina “aprendizagem implícita” ou “incidental”, isto é, “aquela que não requer um propósito deliberado de aprendizagem nem uma consciência do que se está aprendendo”.

11.4.4. Como se manifesta a educação informal



Figura 5: Dança tradicional Cabo-verdiana (In: Boletim “Educação em Notícias” do MEES).

Segundo Garcia (1986; 477), citado por Jorge Arroiteia (1991:47), a educação informal se desenvolve, essencialmente, através das relações entre o indivíduo e o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural. A educação não formal e a informal convergem paralelamente junto à educação formal de forma a aprofundar suas relações com o meio extra-escolar e constituem dois tipos de educação extra-escolar. Manifesta-se, também na comunidade, através dos movimentos sociais e populares, organizações não-governamentais, sindicatos, partidos, associações, igrejas, dos meios artísticos e, muito especialmente, através dos meios de comunicação social, com maior ênfase na televisão.

Em suma, a educação informal manifesta-se a partir do momento em que a criança nasce e entra em interacção com o meio envolvente. Depois, manifesta-se através da comunicação e das relações sócio-culturais que o indivíduo estabelece ao longo da sua vida, sempre em interacção com os outros. As figuras são bastante elucidativas, pois destacam algumas actividades desenvolvidas entre os jovens que frequentam os Ensinos Básicos e Secundário. As actividades de manifestação cultural, apresentadas por um grupo de uma dança típica da cultura cabo-verdiana desenvolvem o sentido estético e ético, atributos importantes para a solidariedade e cidadania – entendida como a aquisição de direitos e deveres por todos os membros da sociedade. Estes momentos são propícios para se desenvolver com nos formandos/alunos os direitos e deveres para o completo domínio da cidadania, cabendo à educação a tarefa de levar os alunos a: i) apreensão de padrões culturais; ii) assimilação e acomodação dos

valores sociais valorizados e estabelecidos, conhecimentos que se adquirem em interacção com a família, os amigos, os colegas de trabalho, a comunidade e a sociedade em geral.

11.5. Contributos da Educação Informal

Da análise teórica apresentada, verifica-se que a Educação Informal actua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado que inclui aspectos subjectivos do grupo. Ajuda na formação da identidade individual e colectiva e no desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos. Desenvolve atitudes de solidariedade e construção da cidadania individual e colectiva do grupo, tendo em vista a organização para a gestão democrática e a participação activa nas decisões a nível comunitário, podendo permitir, entre outros, os seguintes contributos:

- O desenvolvimento de consciência e organização de como agir em grupo;
- O desenvolvimento do indivíduo para a vida e suas adversidades, construindo a emancipação humana, com impacto na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos;
- O desenvolvimento de metodologias de ensino que apoiem o incremento da escola pública;
- O desenvolvimento de actividades de ensino e aprendizagem que estimulem a participação de professores, pais, alunos, funcionários e comunidade nas instâncias de gestão e de decisão das escolas, contribuindo para o fortalecimento da escola pública.

12. ANÁLISE DAS CAUSAS DE INDISCIPLINA IDENTIFICADAS NO PÓLO

A indisciplina escolar não apresenta uma causa única, ou mesmo principal. Eventos de indisciplina, mesmo envolvendo um sujeito único, costuma ter origem num conjunto de causas diversas, e muito comumente reflecte uma combinação complexa de causas. Esta complexidade é parte do perfil de indisciplina e deve ser considerada, se desejamos compreendê-la a estabelecer soluções efectivas. As causas de indisciplina escolar podem ser reunidas em dois grupos: as causas externas e as internas à escola. As externas são influenciadas pelos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar. As causas encontradas no

interior da escola incluem o ambiente escolar e as condições de ensino-aprendizagem, os modos de relacionamento humano, o perfil dos alunos e sua capacidade de se adaptar aos esquemas da escola. Neste contexto, as entrevistas não estruturadas feitas, durante o nosso estágio nesta escola, aos intervenientes alunos, professores, gestora e pessoal não docente, permitiram-nos identificar as seguintes causas de indisciplina escolar:

CAUSAS DE COMPORTAMENTOS NÃO DESEJADOS DOS ALUNOS
C1) Presença de turmas de alunos de bairros diferentes, gerando disputas pelo espaço escolar;
C 2) Falta de professores gerando períodos livres aos alunos;
C3) Ausência de funcionários de apoio, dificultando a organização dos alunos nos períodos de recreio, entrada e saída de alunos;
C4) Baixa auto-estima do aluno em relação à escola e seus colegas;
C5) Alguns pais e encarregados de educação dos alunos chegam bêbados em casa e não acompanham o estudo dos filhos;
C6) A maior parte dos pais e encarregados de educação não está presente nas actividades desenvolvidas pela escola;

13. CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS PARA O REFORÇO DA EDUCAÇÃO INFORMAL

Actividades	CALENDARIZAÇÃO									OBS
	1º trim			2º trim			3º trim			
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	
Encontro com a comunidade escolar para socialização do projecto e identificação das pessoas interessadas em participar na sua implementação do mesmo.										As actividades devem ser preparadas e realizadas sempre com o envolvimento da comunidade. Cada responsável elabora o relatório da actividade realizada.
Elaborar um código de conduta com a participação de toda a comunidade educativa.										
Apoiar a criação de uma Associação de Pais, disponibilizando um espaço para encontros periódicos.										
Organizar conjuntamente com a Associação de Pais e Comunidade Educativa, sessões de formação/reflexão sobre os temas pertinentes para a melhoria do ambiente escolar: sessões de formação sobre a educação informal; palestra sobre educação para a cidadania e ambiente; teatro e dramatização de peças que revelam experiências culturais vividas nas famílias e na comunidade.										
Criar projectos de intervenção e gestão curricular de forma a solucionar problemas de insucesso e de indisciplina, nomeadamente: concursos de poesias, desenhos, contos infantis, vozes e dança, a nível de turmas e da escola										
Festival cultural realizado na escola para celebrar o Natal e o Dia Internacional das Crianças, com o envolvimento da comunidade educativa (concurso de vozes e dança).										
Comemoração de datas nacionais e internacionais										

Tarde de chá com sessões de vídeo que retratam a realidade dos bairros de residência dos alunos.										
Desenvolver acções que promovam o sucesso educativo, a autonomia e a igualdade de oportunidades dos alunos com NEE.										
Desfile de carnaval por turmas										
Visitas de estudo e pesquisas										
Definir e defender um plano que permita o desenvolvimento do Projecto Educativo da Escola, com a participação dos pais e encarregados de educação.										
Elaboração do relatório final, a partir dos relatórios das actividades desenvolvidas.										
Encontro com todos os intervenientes para divulgação do relatório final e avaliação do impacto do projecto.										

14. ALGUMAS SUGESTÕES PARA A PLANIFICAÇÃO DAS SESSÕES

Causa 1: Rivalidade entre alunos de bairros diferentes
<p>Quem: A Gestora.</p> <p>Actividade: organizará uma palestra sobre agressividade, com um especialista convidado (psicólogo, antropólogo, sociólogo, entre outros), aberta a toda a comunidade escolar.</p>
<p>Recursos físicos: Sala multi-usos (manhã ou tarde), aparelho de som, retroprojector, mesa, cadeira;</p> <p>Recursos humanos: Gestora e palestrante</p> <p>Recursos financeiros: Caso seja necessário o pagamento de transporte para a (o) palestrante, a responsável tentará negociar com a Delegação esses recursos ou obtê-los junto às instituições públicas vizinhas da escola.</p>
Prazo de execução da acção: no segundo mês de aula
Resultados esperados: ampliar a visão da comunidade sobre as consequências indesejáveis da agressividade para a escola e para o aluno.
Avaliação: a Comissão elaborará um relatório sobre o evento com o número de participantes e as principais questões levantadas durante a palestra, bem como as novas sugestões surgidas durante o evento e que deverão ser apresentadas no Conselho do Pólo no final do trimestre.

Causa 2: Falta de professores geram períodos livres aos alunos.
<p>Quem: A Gestora.</p> <p>Actividade: a Gestora organizará, com a colaboração dos professores, uma colectânea de fitas de vídeo com assuntos temáticos (ex: educação informal, educação para a cidadania, etc) para serem exibidos na ausência dos professores.</p>
<p>Recursos físicos: Sala multi-usos, televisão e vídeo cassetes;</p> <p>Recursos humanos: Gestora ou adjunto</p> <p>Recursos financeiros: Aluguer de fitas, pagos com os fundos do pólo.</p>
Prazo de execução da acção: ao longo do ano lectivo
Resultados esperados: aumentar a permanência do aluno em sala de aula.
Avaliação: a Comissão formada pela gestora ou adjunto e um aluno farão um relatório para o Conselho do Pólo no final do trimestre, mostrando, entre outros efeitos, a influência desta actividade na redução dos alunos no pátio e corredores da escola.

Causa 3: Ausência de funcionários de apoio na escola
<p>Quem: A Gestora.</p> <p>Actividade: a Gestora elaborará uma nota, que será, posteriormente, aprovada pelo Conselho do Pólo e enviada à Delegação escolar, solicitando a contratação de funcionários.</p>
Recursos físicos/Humanos e Financeiros: serão providenciados junto à direcção do pólo.
Prazo de execução da acção: primeiro mês de aulas
Resultados esperados: melhorar o controlo da entrada e saída dos alunos.
Avaliação: a Gestora presta informações ao Conselho do Pólo sobre o andamento do processo de recrutamento.

Causa 4: Baixa auto-estima dos alunos.
Actividade: Uma Comissão formada por dois professores, dois pais e dois alunos dinamiza a realização de ciclos culturais de componente literária, musical, teatral, plástica e desportiva.
<p>Recursos físicos: Sala multi-usos e Placa desportiva</p> <p>Recursos humanos: Dois professores, dois pais e dois alunos</p> <p>Recursos financeiros: A Comissão organizadora dos eventos organizará pedidos, que depois de aprovados no Conselho do Pólo, são enviados às instituições locais para aquisição de troféus e prémios para os vencedores.</p>
Prazo de execução da acção: ao longo do ano lectivo
Resultados esperados: aumentar a permanência do aluno em sala de aula.
Avaliação: a Comissão formada pela gestora ou adjunto e um aluno farão um relatório para o Conselho do Pólo no final do trimestre, mostrando, entre outros efeitos, a influência desta actividade na redução dos alunos no pátio e corredores da escola.

15. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1991), “*Análise social da Educação*”, Roble Edições, Lda.

AQUINO, Júlio Groppa. *Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas*. São Paulo: Moderna, 2003.

BARROSO, J. (1998) "O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal" in FERREIRA, N. S. C. (org.) *Gestão Democrática da educação: actuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortes.

CABANAS, José Maria Quintana (1984), “*Sociologia y economia de la educacion*”. Madrid; Anaya.

CARMO, Hermano (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.

CHALITA, Gabriel – *Educação, a solução está no afecto*, São Paulo/SP, Ed. Gente – 6^a Edição, 2001.

D’AMBROSIO, Ubiratan. (1998), “*Educação: nas lições do passado, as perspectivas para o futuro*”, Estudos Leopoldinenses, Vale do Rio dos Sinos, v2, nº 2.

DELORS, Jacques *et al.* (1996) *Educação um tesouro a descobrir*. 2^a ed: Asa, Lisboa-Portugal: Unesco.

FELDMANN, Marina Graziela, (2009). “*Formação de professores e escola na contemporaneidade*”, ed.: Senac. S. Paulo.

FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática Educativa*, S. Paulo: Paz e Terra, 25^a Edição.

GARCIA, Júlio António González, (1986).” *Escuela y sociedad. Sociologia del sistema escolar*”, in: MAIOR; pp. 470-491.

GIL, António Carlos (1996). *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

GRINSPUN, Miriam Paura Sabrosa Zippin (1996), “ *A avaliação da Educação, Cidadania e Trabalho*”, Ensaio, Rio de Janeiro, v4, nº 10, Jan/Mar.

LOURENÇO e MENDES (1999), “*Percursos sócio-profissionais dos diplomas*” do IST, 1999.

MIELNIK, Isaac. *O Comportamento Infantil: Técnicas e Métodos para entender Crianças*. 2.^a Edição, editora: Ibrasa, São Paulo – SP, 1982.

POZO, Juan Ignacio (2002). *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Trad. Ernani da Fonseca Rosa. Porto Alegre. Artmed.

Legislação consultada:

- Lei nº 103/III/1990 de 29 de Dezembro. 3º Suplemento do B.O. nº 52.
- Decreto -Lei nº 76/94, I Série, SUP de B.O. nº 42 de 27 de Dezembro.
- Decreto -Lei nº 77/94, I Série, SUP de B.O. nº 42 de 27 de Dezembro.
- Decreto-Lei nº 78/94, I Série, SUP de B.O. nº 42 de 27 de Dezembro.
- Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ensino Superior: I Série, Nº 44 «B. O.» da República de Cabo Verde — 23 de Novembro de 2009.

Sites consultados: <http://www.proceedings.scielo.br> – 12 de Fevereiro de 2010.

<http://www.marciobamberg.com.br> – 22 de Fevereiro de 2010.